

*Nesta edição*

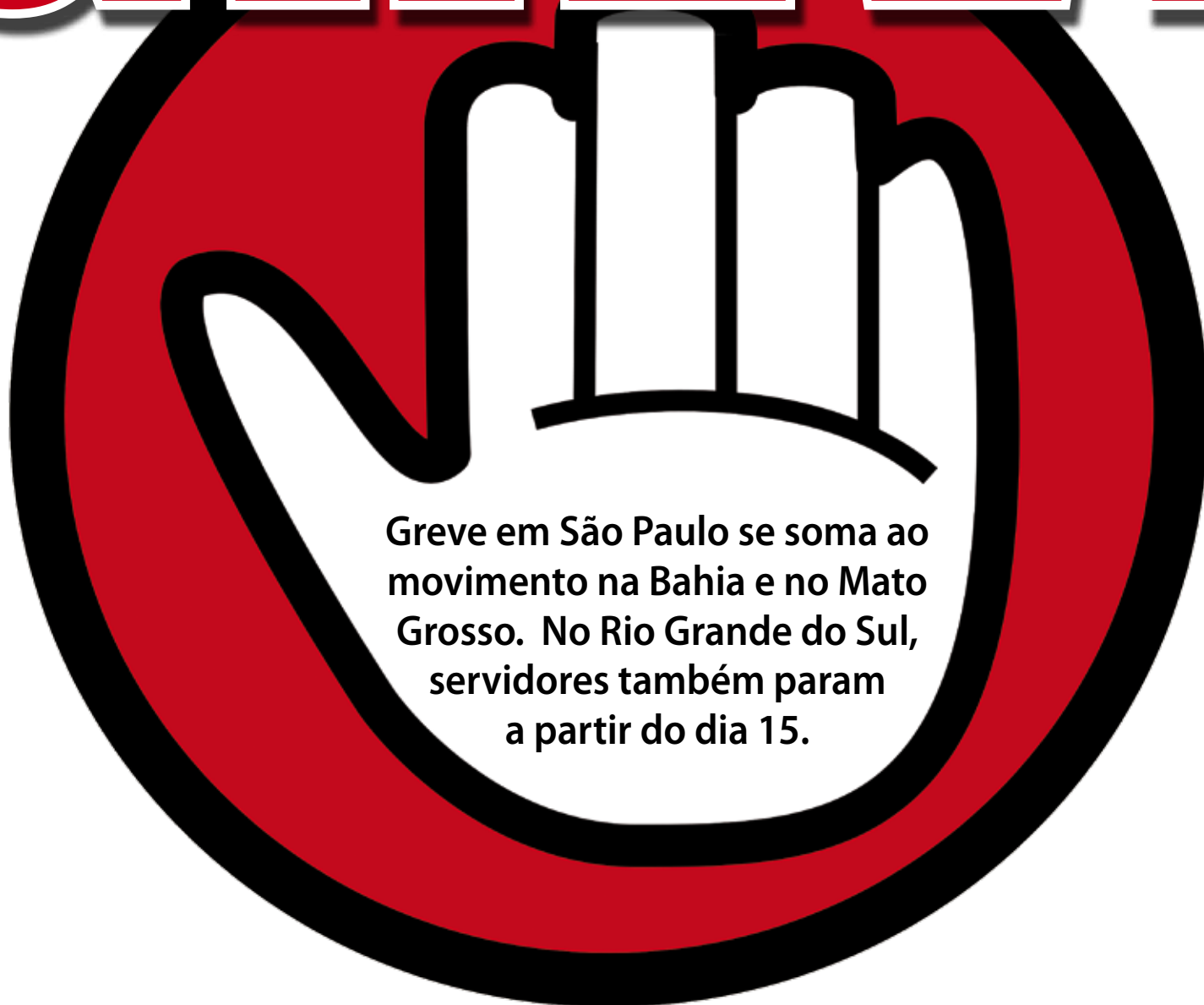
12 motivos para entrar em greve - Pág. 2

Veja como organizar a greve em seu local de trabalho - Pág. 3

Reunião nacional reafirma greve no Judiciário e MPU - Pág. 4

**AGORA É**

**GREVE**



Greve em São Paulo se soma ao movimento na Bahia e no Mato Grosso. No Rio Grande do Sul, servidores também param a partir do dia 15.

**Próximas atividades**

**Dia 15**

**Justiça do Trabalho**

Abertura da greve com realização do ato "servidor tarja preta".

Local: Fórum Trabalhista Ruy Barbosa (Av. Marques de São Vicente, 235). 15h.

**Justiça Federal**

Abertura da greve com café da manhã.

Local: Em frente ao Fórum Pedro Lessa (Av. Paulista, 1682). 10h.

**Justiça Eleitoral**

Assembleia setorial. Sede do TRE (Rua Francisca Miquelina, 123). 14h. Durante a semana, haverá arrastão na Miquelina e na Falcão.

**Dia 16**

**Baixada Santista**

Ato conjunto dos servidores públicos federais, municipais e estaduais.

Local: Em frente à Justiça Federal de Santos (Praça Barão do Rio Branco, 30). 12h.

**Dia 21**

**Assembleia Geral Extraordinária**

Ver edital na página 4.

Local: Fórum Pedro Lessa (Av. Paulista, 1682). 13h.

**Apagão Nacional no Judiciário e MPU**

Ato conjunto do funcionalismo público federal em São Paulo.

Local: Concentração em frente ao Fórum Pedro Lessa (Av. Paulista, 1682). 15h.

# POR QUE PAROU? PAROU POR QUÊ?

12 motivos para cruzar os braços e exigir que o governo e o STF negociem com os servidores

**1 DATA-BASE**  
 Todo trabalhador tem direito à revisão anual do salário, mas o governo federal desrespeita a Constituição e não aplica essa regra aos seus servidores.

**5 AUTONOMIA DO JUDICIÁRIO**  
 Em respeito ao princípio constitucional da separação dos poderes, o Judiciário deve fazer valer sua autonomia orçamentária e repor as perdas salariais dos seus servidores.

**9 FRAGMENTAÇÃO DA CARREIRA**  
 Os tribunais superiores estudam a criação de carreiras exclusivas para os seus servidores. Essas tentativas de fragmentar a carreira são repudiadas pela categoria, que exige uma posição oficial do STF contra a proposta.

**2 PERDAS SALARIAIS**  
 Desde o PCS-3, aprovado em 2006, o poder de compra dos servidores do Judiciário Federal caiu 41,12% (\*). A greve unificada de 2012 (ver abaixo) conquistou reajuste de 15,8%, em 3 parcelas anuais, mas esse aumento já foi corroido pela inflação.

**6 PARIDADE A APOSENTADOS E PENSIONISTAS**  
 Manutenção da paridade dos rendimentos entre ativos, aposentados e pensionistas e pela aprovação da PEC 555/06, que extingue a taxaço dos proventos.

**10 ESTATUTO DO JUDICIÁRIO.**  
 Outra ameaça à carreira é a PEC 59/2013, que cria um único estatuto para os servidores do Judiciário federal e da Justiça dos Estados. É mais um passo para retirar direitos dos servidores, garantidos pela Lei 8112/90.

**3 CAMPANHA UNIFICADA.**  
 A unificação das campanhas fortalece a luta do funcionalismo federal. Em 2012, isso fez o governo recuar no congelamento salarial. Em 2014, também é importante que os servidores do Judiciário juntem forças com outras categorias para obter novas conquistas.

**7 ASSÉDIO MORAL**  
 Sem uma política salarial permanente, as funções comissionadas e gratificações estão servindo para que os juízes e administrações exerçam pressão sobre os servidores, obrigados a cumprir metas irreais e desumanas.

**11 DINHEIRO SÓ PARA A COPA?**  
 Enquanto alega não ter recursos para atender as reivindicações do funcionalismo, o governo gasta bilhões de reais para realizar a Copa do Mundo e atender aos interesses das empreiteiras.

**4 INTRANSIGÊNCIA DO GOVERNO**  
 Os servidores pedem a antecipação da última parcela desse reajuste, prevista para 2015, mas o governo Dilma Rousseff (PT) diz que só fala sobre salários do funcionalismo em 2016.

**8 CONDIÇÕES DE TRABALHO**  
 Muitos servidores trabalham em prédios mal ventilados, inseguros e sem manutenção adequada. Prédios novos são inaugurados em locais distantes e de difícil acesso.

**12 ANO DE ELEIÇÃO, ANO DE LUTA**  
 O governo Dilma Rousseff (PT) enfrenta as urnas sabendo que o povo exige mais qualidade nos serviços públicos. Isso não pode ser conseguido com servidores insatisfeitos. Portanto, este é o ano para lutar por melhoria dos salários, da carreira e das condições de trabalho!

(\*) Cálculo do economista Washington Moura Lima, assessor do Sintrajud.

## Como organizar a greve em seu local de trabalho

A construção de uma greve depende não só da atuação do sindicato, como de todos os servidores, que devem unir esforços para fortalecer o movimento em todos os locais de trabalho. A partir do dia 15, jun-

te seus colegas, programe atividades, faça arrastões nos setores e organize caravanas para participar das assembleias gerais. A seguir algumas orientações do Sintrajud para os dias de greve.



**Comando de Greve** - Reúna um grupo de servidores para definir e encaminhar as tarefas diárias da greve em seu local de trabalho.



**Informações** - Repasse diariamente para a Secretaria do Sindicato (secpolitica@sintrajud.org.br / (11) 3222-5833) o informe da greve no seu fórum, percentual de adesão e as atividades programadas para serem divulgadas.



**Mobilização** - Organize um grupo de servidores para visitar fóruns de sua região que ainda não tenham parado. O boca-a-boca ainda é a melhor forma de convencer.



**Apoio** - Materiais de comunicação, como faixas, cartazes, adesivos, bem como a locação de van para deslocamento entre as cidades e para a capital devem ser solicitados na secretaria, com a maior antecedência possível.



**Unidade** - Contate as demais categorias de servidores públicos em greve na sua cidade e organize atos conjuntos.



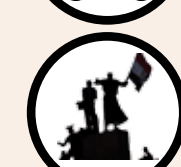
**Imprensa** - Busque os veículos de comunicação de sua cidade/região para divulgar a greve e suas atividades (assembleias/atos etc). Repasse informações para a imprensa do Sintrajud (imprensa@sintrajud.org.br). Elas serão utilizadas nos boletins de greve.



**Prazos** - Procure a subseção da OAB local e peça para que ela cobre a suspensão dos prazos judiciais na Diretoria do Foro e na Presidência do Tribunal.



**Caravanas** - Organize caravanas para participar das assembleias estaduais na capital, que buscam acumular maior número de servidores num mesmo local, para demonstrar a força da greve e garantir cobertura dos grandes órgãos de imprensa.



**Representação** - Traga faixas com o nome da cidade em greve nas grandes atividades.



**Reivindicações locais** - Aproveite o momento da paralisação das atividades para discutir e levantar os principais problemas da categoria em cada setor e local de trabalho, elaborando uma lista de reivindicações específicas para ser encaminhada à administração.

## FALA SERVIDOR

Servidores falam sobre a importância das greves nas conquistas salariais



“A rigor, os 11,98% não existiam. Foi com a greve e com as mobilizações de 2000, que paralisaram os TREs do Brasil e todo o judiciário, que o direito foi reconhecido. A greve mudou uma posição do STF, que tinha decidido contra os servidores. A greve dos 11,98% é o maior exemplo do poder da categoria, é chegada a hora de exercê-lo”.

**Elyzaldo Veríssimo**, servidor do TRE-SP.



“Entrei na categoria em 1995, ganhava R\$ 600 líquidos por mês. Em 1996 teve o PCS-1, conquistado por uma categoria que nunca tinha feito greve. Os 11,98%, a gente só recebeu com a greve. Depois veio o PCS-2 e o PCS-3. Mesmo esse último reajuste, só ganhamos em função da greve. Se não fossem as greves estaríamos com o salário rebaixado”.

**Fernanda Marques Rosa**, servidora do TRF-3.



“Entrei na categoria em 1997. Em 2002 e 2006, foram os maiores PCSs, que corrigiu toda defasagem do FHC. As greves foram fundamentais. Sem luta não haveria sequer a reposição da inflação”.

**Érica Yamamoto**, servidora da JT Barra Funda.

## Linha do tempo: Reajustes salariais foram conquistados com greves

Você sabia que a remuneração média dos técnicos do Judiciário federal seria R\$ 816,03 se não fossem os 3 PCSs, os 11,98% e os 15% (divididos em três anos). No caso dos analistas, a média salarial seria de R\$ 1.249,07.

Sem essas conquistas, a remuneração da categoria teria sido reajustada só pelas revisões gerais que aconteceram desde 1995.

Tratam-se de conquistas, pois com poderosas mobilizações, a categoria superou a intransigência de três governos.



FHC, com sua política neoliberal, teve que ceder em 1996 (PCS1).



Em 2000, com uma poderosa greve nos TREs do país a categoria conquistou a incorporação dos 11,98%, fazendo o STF rever seu posicionamento sobre o tema.



Em 2002, a categoria retomou a luta e arrancou de FHC o PCS-2.



Já sob o governo Lula (PT), os servidores do Judiciário Federal tiveram que fazer uma longa greve para conquistar o PCS-3.

Em 2008, começa a maior crise econômica da história. Nos países centrais são aplicadas políticas contra os servidores públicos: demissões, retirada de direitos, reduções de salários. No Brasil, Dilma apresenta um PL que visa congelar os salários do funcionalismo por 10 anos. Na prática, o congelamento vigorava, com o Planalto se recusando a negociar com os servidores.



Em 2012, o funcionalismo lança uma campanha salarial unificada, que faz o governo recuar e conquista 15% dividido em três anos. Foi a 1ª vez que o funcionalismo se unia desde 2003, quando enfrentaram a Reforma da Previdência.

No Supremo

## Mesa começa após pressão, mas STF evita formalizar comissão

Proposta salarial pode sair em 15 dias, mas servidores alertam que não haverá avanços sem mobilização e greve

A reação da categoria à ameaça de fragmentação da carreira deu o empurrão que faltava para que o STF instalasse a mesa de negociação. Foram quase oito meses de cobranças. A 1ª reunião com os tribunais superiores ocorreu na sexta, dia 9, em Brasília.

“A instalação da mesa é resultado da pressão nacional organizada da categoria, que cumpriu um importante papel, e tem que se mobilizar em cada estado, em cada local de trabalho, para forçar o Poder Judiciário a defender a proposta [que sair da mesa] e a sua autonomia”, disse Adilson Rodrigues, dirigente da Fenajufe e do Sintrajud, após o encontro, que ocorreu sob o barulho de servidores protestavam em frente ao STF.

Além de Adilson, participaram da mesa Eugênia Lacerda, Cleo Vieira e Roberto Ponciano – a federação voltou a reivindicar paridade na comissão.

Se depender da vontade do presidente do STF, Joaquim Barbosa, a comissão que estudará e negociará as reivindicações não será formalizada, outra razão para a mobilização. A negativa do ministro não foi explicada. O fato é que nem emails foram encaminhados aos tribunais para informar sobre a mesa. Quem teria feito isso, pessoalmente, foi o diretor-geral do STF, Miguel Fonseca.

### Perdas salariais

O diretor-geral do STF confirmou que a coordenação ficará a cargo Rubens Dusi - do TSE, mas cedido ao Supremo -, que cumpriu a mesma função na elaboração do PCS-2, aprovado em 2002. Os trabalhos vão se concentrar na formação de uma proposta que reponha a perda salarial – que está em 55%.

O STF quer que a proposta esteja pronta em 15 dias. As primeiras reuniões estão previstas para esta semana, quando os tribunais superiores já deverão ter definido seus representantes. A intenção é que se formule um substitutivo ao PL 6613/09. Mas também buscou-se garantir que condições de trabalho e carreira sejam debatidas.

### Defesa do salário-base

Foram entregues aos tribunais documentos que diagnosticam a situação da categoria, criticam as ameaças de fragmentação da carreira e defendem a formulação de propostas que valorizem o salário-base; contrapondo a criação de gratificações por desempenho.

Para Adilson, o avanço nas negociações depende de mais mobilização. Ele ressalta que o desafio é fazer com que o STF defenda o projeto e enfrente as interferências do Executivo e do Legislativo sobre a autonomia do Poder Judiciário. Sabe-se: no Planalto há um governo empenhado em impedir o avanço de qualquer proposta salarial, política que o conjunto do funcionalismo público busca enfrentar com a greve nacional da categoria.



### Marcha Brasília

A campanha salarial dos servidores públicos federais fez a sua mais forte manifestação, na quarta-feira, 7, e deixou em Brasília (DF) sinais de que o movimento pode crescer e aumentar a pressão sobre a presidente Dilma, que se recusa a negociar com a categoria.

Fenajufe

## Reunião nacional reafirma greve no Judiciário Federal e MPU

Servidores avaliam na ampliada da Fenajufe que greve é necessária para forçar negociações



Joana Darc

10.05.14 - Reunião ampliada da Fenajufe

Os servidores do Judiciário Federal reafirmaram a necessidade de manter, fortalecer e estender a greve nacional. Na reunião ampliada da Fenajufe, no sábado, 10, em Brasília, foi aprovado um calendário de atividades combinando pressão sobre o STF – para que a mesa de negociações avance – e ações conjuntas com os demais servidores federais, para forçar Dilma Rousseff (PT) a negociar com o funcionalismo. A instalação da mesa foi um importante passo, resultado da pressão dos servidores, mas não assegura que o Poder Judiciário encaminhe e defenda a pauta de reivindicações. A reunião avaliou que só a continuidade da mobilização poderá forçá-lo a fazer isso. (ler mais ao lado)

### Aprovar a greve e construí-la

No dia anterior à ampliada, a direção executiva da Fenajufe aprovou recomendação para a construção da greve nacional. Dirigentes ligados à CUT e simpáticos ao governo defenderam a suspensão do movimento e reafirmaram essa posição durante a ampliada. Quem defendeu a greve ressaltou a necessida-

de de construí-la, com o convencimento de cada trabalhador sobre a importância de pressionar o STF e o governo.

No Rio Grande do Sul, os servidores do Judiciário Federal aprovaram o início da greve para 15 de maio, assim como em São Paulo. Na Bahia e no Mato Grosso, a greve já começou.

### 'Apagão' no Judiciário e MPU

O calendário prevê 'Apagão Nacional no Judiciário e MPU' em 21 de maio. A data foi escolhida porque outros setores do funcionalismo devem se manifestar neste dia.

Os servidores também decidiram realizar atos nos estados em 29 de maio, quando o STF pode apresentar uma proposta de recomposição salarial a ser enviada à Câmara, segundo previsão do diretor geral do órgão, Miguel Fonseca. A ampliada decidiu que qualquer proposta deverá ser aprovada pela categoria, em nova reunião ampliada.

### Atividades durante a greve

Calendário aprovado em Brasília

**21 de maio, quarta-feira**

Apagão do Judiciário e MPU

**29 de maio, quinta-feira**

Ato nos Estados (data em que vence o prazo para a comissão do STF concluir o trabalho da pauta emergencial salarial).

**31 de maio, sábado**

Encontro Nacional dos Técnicos do Judiciário e MPU.

**1º de junho, domingo**

Reunião Ampliada da Fenajufe, em Brasília.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por suas coordenadoras, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 21 de maio do ano corrente, a partir das 13h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer nú-

mero. A assembleia será realizada no Fórum Cível de São Paulo – Ministro Pedro Lessa, na Avenida Paulista, 1682, Bela Vista, São Paulo/SP.

PAUTA: 1. Informes da Campanha Salarial; 2. Avaliação do movimento parestista; 3. Outros assuntos de interesse da categoria. - São Paulo, 12 de maio 2014. - Inês Leal de Castro - Coordenadora Geral / Maria Angélica Olivieri - Coordenadora Executiva